

Governo já tem pronto um choque de gestão

Com a triagem de 300 programas, as medidas redefinem prioridades do Palácio do Planalto

LILIANA LAVORATTI*
SÃO PAULO

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse ontem que está em fase final de elaboração um choque de gestão no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O novo aperto nas contas públicas, desta vez centrado na qualificação das despesas, também tem o objetivo de reforçar a agenda positiva com a qual o Palácio do Planalto tenta contra-atacar a crise política.

As medidas, em análise na área jurídica, incluem a redefinição de prioridades do governo federal, com uma triagem nos cerca de 300 programas existentes no Orçamento Geral da União. O objetivo é reforçar as verbas de algumas dezenas deles que terão a ação governa-

mental focada daqui para frente, como a obra da transposição do rio São Francisco, a expansão e recuperação de rodovias e portos, entre outros. Um dos critérios de escolha dos programas na área de infra-estrutura é o grau de importância para as exportações.

A nova realidade de contenção de gastos, especialmente os de custeio, será transmitida aos ministros provavelmente ainda nesta semana pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em reunião no Palácio do Planalto. O encontro será realizado logo após o anúncio da reforma ministerial. Os novos ministros serão orientados desde já sobre as novas restrições orçamentárias para ajustar os gastos governamentais, de um lado, e permitir o avanço de um grupo de projetos relevantes para o governo nestes últimos 18 meses de mandato, de outro.

"Com base em uma avaliação geral das despesas do go-



Paulo Bernardo

verno federal, vamos propor uma série de medidas para qualificar a gestão das verbas públicas", enfatizou o ministro do Planejamento em entrevista concedida a este jornal. Segundo ele, daqui para frente serão priorizados alguns projetos sociais e de infra-estrutura com os quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende marcar seu mandato. "Vamos dar ênfase a alguns programas que estão indo bem, mas precisam de verbas, o que faremos por meio do remanejamento de recursos de obras paradas ou daquelas que avançaram pouco e serão descartadas", explica Paulo Bernardo.

Continua na página A-7

Sem redução de juros, será impossível chegar ao déficit nominal zero. O setor produtivo não suporta mais aumento da carga tributária, chegou a hora de o setor financeiro também dar a sua contribuição. Essa é a mensagem que o presidente do Iedi, Ivoncy Iochpe, vai levar hoje ao jantar em Brasília.

Governo já tem pronto um choque...

Medidas vão ajudar no déficit nominal zero, que começa a ser debatido hoje em Brasília

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Continuação da página A-1

Em outros casos, será agilizadada a obra que tem recursos mas está andando pouco, como é o caso da transposição do rio São Francisco, que dispõe de R\$ 400 milhões mas ainda não foi iniciada por falta de definição do projeto.

O choque de gestão complementa as condições necessárias para um ajuste fiscal de longo prazo previsto na proposta do déficit nominal zero apresentada ao presidente Lula pelo ex-ministro e deputado Antonio Delfim Netto (PP-SP), que começa a ser discutido hoje à noite em Brasília. Durante o jantar, no espaço cultural Renata La Porta, no Lago Sul, Paulo Bernardo, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, um grupo de dezesseis empresários, seis senadores e 12 deputados — inclusive da oposição — vão debater a viabilidade política e

econômica da proposta. Até ontem tinham confirmado presença o industrial Antonio Ermírio de Moraes e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

“Com o processo inflacionário sob controle, empurrando os índices de preços para baixo, estão criadas as circunstâncias favoráveis para baixar os juros”, enfatizou o ministro. “Isso, aliado a um choque de gestão nos gastos públicos, resultando em diminuição das despesas gerais do governo, é suficiente para zerarmos o déficit nominal dentro de uns seis anos”, completou Paulo Bernardo.

Segundo o ministro, as equipes dos dois ministérios estão analisando os pontos positivos e negativos do déficit nominal zero, mas com certeza precisamos persistir na austeridade fiscal por mais alguns bons anos. O tema continuará sendo discutido, inclusive em um seminário promovido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), marcado para 10 de agosto. Na ocasião, o governo decidirá se envia ou não ao Congresso a proposta.

Hoje o debate vai girar em torno de uma minuta de proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê o déficit no-

minial zero num prazo de quatro a seis anos. Na prática, a proposta exigirá um superávit primário maior do que gerado atualmente pelo setor público do País — 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Este esforço de economia é suficiente apenas para cobrir cerca da metade da conta de juros anual que União, Estados, municípios e estatais juntos pagam (R\$ 160 bilhões neste ano).

O ministro diz que o déficit nominal zero não será alcançado com aumento de tributos ou novos cortes nos investimentos

A PEC também deve prever o aumento do grau gradativo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), dos atuais 20% para 40%. Isso significa que o Executivo passaria a ter a liberdade de dispor livremente de 40% de toda a arrecadação federal, sem obrigação de aplicar em saúde e educação, por exemplo, a parcela da arrecadação prevista na Constituição. Além deste, outro ponto polêmico da proposta é o constrangimento que o Banco Central seria submetido ao elevar juros,

uma vez que a idéia é determinar o corte de despesas na mesma proporção do crescimento da conta de juros determinado pela ampliação da Selic.

O superávit primário mede o resultado das contas públicas sem incluir a conta de juros da dívida pública — contabiliza apenas as receitas e despesas primárias. No conceito mais amplo, o resultado nominal, as contas de juros da dívida pública é incluída. Nos últimos anos, o governo brasileiro vem gerando superávits primários até acima da meta de 4,25% ao ano, mas continua registrando déficit nominal — neste ano estimado em 2% do PIB — por causa da salgada conta de juros da dívida pública. O objetivo final da diminuição do déficit nominal é a queda da relação entre a dívida e o PIB, por se constituir no principal indicador de solvência do País. Hoje, essa relação está em 50,8%.

Segundo o ministro Paulo Bernardo, o déficit nominal zero não será alcançado com base na elevação da carga tributária ou de novos cortes de despesas de investimento, como receiam alguns empresários. “Vamos adotar novas medidas de redução de despesas, de melhoria da gestão dos recursos públicos e principalmente estimular o crescimento da economia”, ressaltou Paulo Bernardo. Neste sentido, a área econômica concordou com a proposta do relator da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), de adotar a meta de superávit primário anticíclico, ou seja, poderá cair 0,25% do PIB quando a economia crescer menos do que o previsto para incentivar a atividade econômica, e vice-versa.